

Brasil retoma negociação com credores

por Jurema Boesse
de Brasília

O Brasil retoma amanhã em Nova York, oficialmente, as negociações com o comitê assessor de bancos com a expectativa de que a comissão intergovernamental reguladora de créditos não reclassifique os empréstimos brasileiros no dia 26. "Uma decisão como essa", avaliou ontem o assessor especial do Ministério da Fazenda para a Divisão Externa, Fernão Bracher, "não só prejudicaria o Brasil, afastando-o ainda mais da normalidade, como também os próprios credores, que seriam obrigados a realizar reservas técnicas para fazer frente a esta reclassificação."

Caberá à comissão, acrescentou, julgar se os créditos do Brasil devem ou não ser reclassificados, porém, ela fará isso dentro de um contexto, que, hoje, "é absolutamente mais favorável ao Brasil". Bracher indicou a recuperação da balança comercial, e o fato de o Brasil estar conversando com os governos e retomando formalmente as negociações com os bancos como fatores que contribuirão para que no dia 26 a comissão decida por não rebaixar os créditos brasileiros. A reclassificação irá significar que o Brasil será um risco maior para as instituições financeiras.

Ao ser indagado sobre a possibilidade de a comissão exigir algum tipo de "pagamento simbólico de juros" para evitar a reclassificação, Bracher não descartou esta possibilidade, mas argumentou que a questão do pagamento simbólico de juros faz parte de uma discussão mais ampla entre devedor e credor. "Esta decisão iria significar um gesto brasileiro de retomada dos pagamentos, mas teria que vir necessariamente acompanhada de uma decisão da outra parte, ou seja, dos credores."

Essa manifestação por parte dos credores, que não foi explicitada, pode se traduzir numa anuência às propostas brasileiras com



Fernão Bracher

uma possível redução das taxas de juro. Bracher salientou que o risco de reclassificação realmente existe, mas que ele não se configura numa pressão para que o País feche mais rapidamente um acordo com os bancos. "Nem que fôssemos muito otimistas poderíamos fechar um acordo antes do dia 26", ponderou; "o prazo está muito em cima para se configurar num instrumento de pressão."

Com relação à proposta que a comissão de negociação brasileira, composta de sete membros, rediscutirá amanhã com o comitê assessor, Bracher assinou que ela não sofreu nenhuma alteração. No caminho não convencional a ser oferecido aos credores, a transformação da dívida em bônus, a chamada "securitização", implicará conversão da dívida em capital no Brasil, sendo que os bônus seriam oferecidos pelo seu valor de face, sem deságio.

O deságio, esclareceu Bracher, poderá configurar-se como tal na medida em que o Brasil conciliar alongamento de prazo com a redução das taxas de juro. Esse deságio pode ser obtido a longo prazo mediante uma taxa de juros fixa, entende o negociador brasileiro. Para Bracher, a proposta não convencional é que realmente irá equacionar, a longo prazo, a questão do endividamento do País e o

seu retorno à normalidade. Essa alternativa além disso, insistiu Bracher, oferece algumas vantagens aos credores: a transformação dos bônus, prioritariamente, em investimentos no País, o compromisso do Brasil em não sujeitar a reescalonamento ou pedido de refinanciamento os juros referentes a esses bônus, e ainda a garantia de que, se a situação brasileira melhorar, "também será melhorada a remuneração desses bônus", assinou.

O País deseja, também, que com relação ao volume de recursos novos, US\$ 10,4 bilhões para 1987, 88 e 89, que possibilitarão o refinanciamento dos juros, "que cada banco participe do financiamento de acordo com o montante de juros que o Brasil deve a cada um". "Estamos propondo que esta aferição e contagem seja feita com base nos juros devidos a cada banco, que cada participação já seja definida", reiterou Bracher.